

O QUE ESPERAR DA POLÍTICA DE AUSTERIDADE FISCAL

A crise grega mostra a quem serve o ajuste



Foto: Yorgos Karahalios / AP

Iniciada em 2008, a atual crise enfrentada pelo sistema capitalista parece estar em seu auge, atingindo tanto países da América Latina e Ásia, como Estados Unidos e Europa. Governos e entidades internacionais seguem cumprindo o papel de gerenciar a crise, tentando manter intactos os patrimônios e lucros das grandes empresas.

No mundo, olhando para a Grécia:

Na Grécia, o primeiro ministro Tsipras convocou a população para um plebiscito, depois de fracassadas as tentativas de renegociação das dívidas do país. Foi perguntado aos gregos na cédula: "Devemos aceitar o projeto de acordo apresentado pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional (TROIKA) no Eurogrupo de 25.06.2015 e que é composto por duas partes que compõem a proposta unificada? O primeiro documento intitula-se 'Reformas para a conclusão do atual programa e além' e o segundo 'Análise preliminar da sustentabilidade da dívida'". Os textos

referidos foram divulgados anteriormente a fim de que pudessem ser lidos e analisados pela sociedade.

Um pouco diferente da situação brasileira, que ainda possui reservas em dólar na casa dos 370 bilhões, a Grécia vinha recebendo desde 2010 regastes financeiros da Troika em troca da adoção de medidas de austeridade. Ocorre que a combinação de pagamentos de juros e implementação de políticas de austeridade contribuiu para a redução do PIB grego em 25% nos últimos 5 anos, chegando a situação atual, com cerca de ¼ da população desempregada.

Aparentemente, o presidente precisava do elemento pressão popular para tentar mudar a correlação de forças nas negociações. Afinal, para receber nova parcela de resgate, o governo grego já havia oferecido conceder a quase todas as imposições, sendo rechaçado pela Troika, que exigiu ainda mais cortes nas pensões, além da anulação dos impostos a produtos de luxo, o que impediu novo acordo de

socorro em junho.

A campanha para a consulta popular despertou a atenção de muitos países e acirrou-se nas ruas. A imprensa e o empresariado passaram a defender o "sim", com divulgação de pesquisas onde a maioria do eleitorado seria favorável ao pacote de medidas e também com fechamento de agências *continua...*

ELEIÇÕES PARA DIRETORIA BIENIO 2015/2017 E CONSELHO DE REPRESENTANTES

Comissão Eleitoral: professores Dan Onofre, Adail Castro e Tatiana Cotta (TITULARES) e Milane Leite e Valéria Tolentino (SUPLENTEs)

De 17/08 a 02/09: Inscrição de Chapas
De 02/09 até 02/10: Campanha Eleitoral
6, 7 e 8/10: Votação
13/10: Assembleia de Posse

bancárias e restrição de saques em dinheiro nos bancos.

A despeito dessas pesquisas difundidas até a véspera, no dia 05/07, mais de 60% dos votos foram “não”, passando a mensagem que os gregos eram contra os ajustes propostos com redução de despesas públicas às custas de direitos sociais e trabalhistas, para garantir o pagamento de juros aos bancos.

No Brasil:

A situação financeira brasileira difere da grega em alguns poucos itens, sendo um deles justamente o de ainda termos reservas. No entanto, a política é mais ou menos a mesma: juros altos, privilégios para o setor financeiro, privatizações e o ajuste fiscal, com corte de gastos sociais (saúde, educação e aposentadorias).

Para garantir esse pagamento, estamos acompanhando ao longo do ano uma série de providências decididas pelo governo federal, todas impactando diretamente na vida do cidadão comum. Desde o início do ano, já foram anunciados cortes em quase 80 bilhões de reais, sendo 12 bilhões somente na área da Educação Federal.

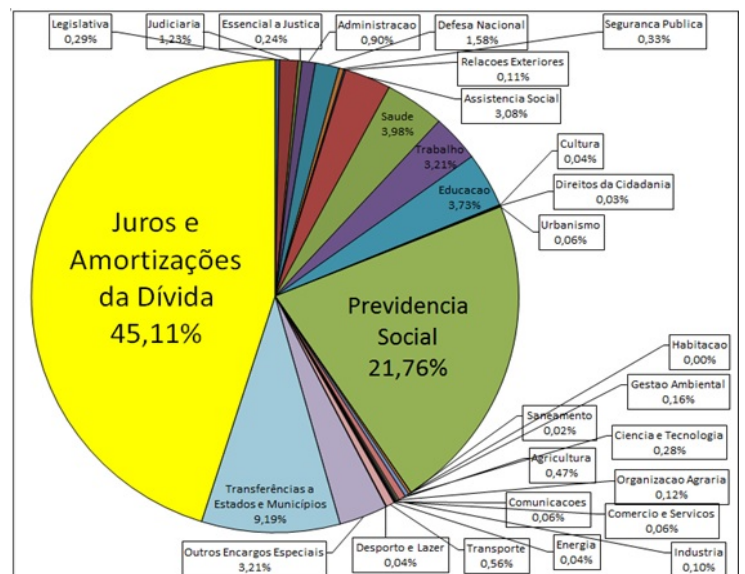
Para falarmos somente das universidades, o Andes-SN afirma que estão à beira do colapso, tendo sido de fato paralisadas em seu funcionamento, como foi o caso do fechamento do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na UFRJ, no início de janeiro por falta de verbas, das greves de trabalhadores terceirizados por não recebimento de salário em universidades como a Federal do Goiás, da Paraíba, do Rio de Janeiro (UFRJ) e Federal Fluminense (UFF), além do adiamento do calendário acadêmico em várias Ifes. A Universidade Federal da Bahia, a Federal de Santa Catarina e UFF anunciaram em julho que poderiam sofrer corte no fornecimento de energia em vários departamentos, por não haver dinheiro para o pagamento das contas. O presidente do sindicato nacional Paulo Rizzo afirmou que o ano já havia sido aberto no vermelho em janeiro em várias instituições, pois parte do orçamento de 2015 fora utilizado para cobrir compromissos de 2014 não honrados por falta de verbas.

O ajuste fiscal não conta somente com a tática tradicional e ligeira do corte de verbas. Também tem atuado sobre a legislação, com a edição de uma série de medidas provisórias (MP), como a 680, chamada de “Programa de Proteção ao Emprego – PPE”, que permite às empresas reduzirem salários, com redução de jornadas, sem garantir a estabilidade no emprego.

Além disso, o governo colocou à disposição das empresas recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para ajudá-las a pagar as “despesas excedentes” com folha de pagamento. Ou seja, é o governo deixando legalizado e livre o caminho para demissões e redução de salário e ainda dispendo de recursos dos trabalhadores para financiar as empresas

Não podemos ignorar também outro aspecto do pacote de ajuste fiscal no Brasil que é a continuidade do pacote de privatizações, com a Petrobrás Distribuidora, Caixa Econômica Federal, portos, aeroportos e estradas federais. A saída do esvaziamento do aparato público serve à lógica do aumento contínuo de recursos destinados ao pagamento da dívida pública. De acordo com o Movimento Auditoria Cidadã da Dívida, do orçamento federal proposto para 2015, R\$ 1,356 trilhão estão reservados para os gastos com a dívida, o que corresponde a 47% de tudo que o país vai arrecadar com tributos, privatizações e emissão de novos títulos, entre outras rendas. Este valor representa, por exemplo, 13 vezes os recursos para a saúde, 13 vezes os recursos previstos para educação ou 54 vezes os recursos para transporte, segundo a mesma fonte.

Parecem histórias distantes, a grega e a brasileira, mas são as mesmas, separadas pela conjuntura específica de cada país, mas subordinadas ao mesmo jogo do capital internacional. Agora, olhando para a Grécia, o que podemos esperar de um Brasil que segue cumprindo rigorosamente a cartilha do capital? Autonomia e crescimento? Ou subordinação econômica, política e científica?



Fonte: Auditoria Cidadã

Parcelamento de reajuste salarial não cobre sequer a inflação

O movimento grevista dos docentes e técnico-administrativos nas Universidades e Institutos Federais teve início no final do mês de Maio desse ano, como forma de protesto aos cortes orçamentais feitos pelo Governo Federal e a falta de infraestrutura dos locais de ensino. Atualmente são 46 Universidades em greve, sendo 17 da região Sudeste.

O movimento grevista foi deflagrado no momento do anúncio feito pelo governo do corte orçamental da União de 69,9 bilhões de reais, o objetivo desse corte seria equilibrar as contas públicas do país. A educação é um dos ministérios mais prejudicados, com um corte de 9,4 bilhões de reais, a saúde também está nessa lista.

A maior preocupação dos técnicos e professores em greve é que os cortes afetem o funcionamento das universidades. Entre as reivindicações dos docentes também estão reajuste salarial, garantia do caráter público e autonomia das Universidades, mais investimentos para a educação e reestruturação da carreira.

GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E PROPOSTAS INSUFICIENTES DO GOVERNO

Negociações com o governo

No final do mês de Junho, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) apresentou uma proposta de reajuste salarial de 21,3% aos servidores Federais, a ser pago em quatro anos a partir de 2016. Porém a proposta do movimento grevista é de 27,3% em parcela única no mês de Janeiro de 2016.

O presidente da ANDES-SN, Paulo Rizzo criticou a posição do governo "Como vamos nos comprometer com um acordo que estabelece quatro anos de reajuste sem saber qual será a inflação dos próximos anos? Nossa posição é que os acordos salariais devem ter apenas um ano de duração. Queremos que o governo reavalie a proposta, e também que debata os demais pontos da pauta de reivindicações dos SPF." E ainda completa "A proposta que ele mantém na mesa, de 21,3%, dividido em quatro anos, não repõe nem a inflação do período".

Em última reunião entre representantes dos docentes das Universidades Federais e o MPOG, a proposta anterior feita pelo Ministério foi reafirmada. O fórum composto por Andes-SN, Sinasefe e Proifes rechaçou a proposta e alegou que o mínimo a ser apresentado em uma negociação salarial é a inflação período. Uma nova reunião foi marcada ainda para Julho, e os grevistas pedem que o governo apresente maneiras de avançar e propostas efetivas em relação às pautas discutidas.

Apesar da proposta de reajuste salarial ainda não ter avançado, a mobilização dos servidores públicos federais (SPF) pressionou o governo a oferecer revisão dos benefícios de acordo com a inflação acumulada, nesse caso incluindo o ano de 2015. As propostas são de 22,8% de correção para auxílios alimentação e saúde, que estavam sem reajuste há três anos. Já para o auxílio creche o reajuste é de 317%, pois está sem correção desde 1995.

Existe uma incoerência do Governo de incluir a inflação do ano de 2015 para os benefícios, mas não para o reajuste salarial, porém há a possibilidade do acordo conter uma cláusula de renegociação em 2017, dependendo do patamar que a inflação atingir, o qual não foi definido ainda.

O representante do MPOG se justificou dizendo que o país passa por um período de crise econômica e ajuste fiscal, além de dizer que a proposta é embasada em um estudo de acordo com o crescimento vegetativo da folha salarial dos servidores e da perspectiva de inflação e expectativa de crescimento do PIB.

As seções sindicais têm se reunido em assembleias para discutir as propostas dadas pelo Governo Federal. Até agora todas as universidades rejeitaram a proposta dos 21%.

Greve na UFRRJ

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro os técnico-administrativos estão em greve desde o dia 28 de Maio, e o principal motivo é a falta de negociação do Governo desde a greve de 2014. As assembleias ocorrem todas as terças e quintas-feiras na sede do Sintur. O sindicato também tem comparecido aos atos realizados no Rio de Janeiro, e as reuniões em Brasília.

A categoria possui o menor piso salarial do funcionalismo público e reivindica por melhores negociações, em que se inclua um número maior de trabalhadores, incluindo os aposentados. A Fasubra rejeita a proposta feita pelo MPOG de reajuste de 21,3% por amarrar a categoria e não repor as perdas inflacionárias.

Os docentes da Rural rejeitaram a possibilidade de greve no primeiro semestre, mas houve um consenso quanto à gravidade do cenário de cortes na educação. Isto levou a categoria a realizar ações de mobilização e, em assembleia realizada julho, deliberou-se por uma nova avaliação sobre a possibilidade de greve no retorno do período letivo. Também foi aprovada em assembleia uma nota criticando a omissão e a cumplicidade das reitorias nos cortes, uma vez que as administrações universitárias estão se conformando a esta decisão do governo, ao invés de combatê-la.

Como avaliado pela assembleia, é importante ver o ajuste fiscal como uma política, não como uma questão técnica. Os cortes e a retirada de direitos têm sido dirigidos para setores que afetam diretamente a classe trabalhadora, como previdência, saúde e educação. Ao mesmo tempo, os bancos batem recordes de lucro e o governo anuncia a transferência de mais de 150 bilhões para o agronegócio. Semelhante política de austeridade vem sendo aplicada na Europa, aprofundando a dependência e a crise social em países como Espanha, Grécia e Portugal. No Brasil, apenas começou a austeridade e a experiência internacional mostra que os ataques tendem a se aprofundar. Num contexto de indistinção entre ações dos governos e do capital, a resposta da classe só pode ser nas ruas, nas greves e nas lutas.

NOTA DA ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

A assembleia da ADUR, reunida no dia 16 de julho de 2015, fez um balanço da conjuntura e resolveu apontar para a categoria de professores, para os estudantes, técnico-administrativos e terceirizados algumas reflexões.

O Brasil enfrenta no ano de 2015 a política de ajuste fiscal articulada por uma frente pluripartidária que agrupa PT, PMDB, PSDB, PCdoB e praticamente todos os partidos da oposição e da situação. Essa política tem tido como foco estratégico o corte de gastos sociais, e por isso os ataques contra a educação, preservando, entretanto, os recursos para pagamento da dívida pública e para investimento em obras de logística (interesse dos grandes empresários nacionais e estrangeiros). O ajuste fiscal é também uma articulação institucional que conta com o apoio de burocracias e dirigentes de órgãos de governo em múltiplos níveis.

Em primeiro lugar, o ajuste fiscal é uma política. Não é uma decisão “técnica”. A política do ajuste fiscal é de aumentar os ganhos do grande capital, transferindo para a sociedade global as contas do cassino financeiro com que eles tanto lucraram desde 2008. Essa decisão de cortar recursos da educação somente explicita que o investimento no “público” deve ser sacrificado para garantir os ganhos da iniciativa privada.

Sendo uma política e não um dado da natureza, ela precisa ser problematizada. Do ponto de vista do interesse coletivo, público, os cortes dos investimentos e gastos com educação são criminosos. E para esse crime colaboraram todos os reitores que apoiaram a candidatura Dilma Roussef, abdicando da autonomia universitária e se jogando na tutela mais vergonhosa. E mais, agora, depois que ficou claro que não existia nenhuma política de apoio à educação pública, esses mesmos reitores tentam minimizar os efeitos do ajuste fiscal nas universidades. Ajudam então a terminar de precarizar e demolir as condições de trabalho e estudo, em nome dos interesses mais mesquinhos da frente pluripartidária, que apesar da guerra de frases, compartilham os mesmos interesses de política econômica.

Agora, os reitores e a alta administração das universidades estão auxiliando a aplicar as medidas de ajuste fiscal, ao minimizar os efeitos dos cortes. Apela para maior “eficiência” e “colaboração”, como se o problema fosse esse. O governo já atrasou verbas diversas, verbas de auxílios a estudantes, bolsas, recursos de pesquisa e mais recentemente anunciou uma medida que atinge diretamente a pós-graduação. Infelizmente, muitos só viram o problema quando esse alcançou o seu jardim, como diz o poema, e quando já era tarde demais.

A situação é grave e tende a piorar. As administrações universitárias são todas elas cúmplices de uma política educacional subserviente ao modelo neoliberal e ao sucateamento. Muitos setores (professores, estudantes, técnicos) ainda ficam perdidos nas ilusões de que alguém de cima irá intervir e salvar a situação. Isso não irá acontecer. Outros são deliberadamente governistas e oportunistas e estão de corpo e alma entregues ao modelo em crise e com ele irão para a o lixo da história.

É por isso que chamamos todos os trabalhadores da universidade e estudantes para a luta. Não há saída fácil para a crise que enfrentamos. Mas o primeiro passo é romper com o imobilismo e as ilusões. Somente a ação coletiva pode manter direitos e garantias mínimas e a utopia de uma educação pública a serviço dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos. O próximo semestre deve ser de acúmulo organizativo. Por isso conclamamos os docentes, técnicos e estudantes a fortalecerem o Comitê de Mobilização, intensificarem as ações locais e o debate político, para criar as condições de realização de uma assembleia de mobilização comunitária que possa traçar formas de luta dentro da UFRRJ e a contribuição da Rural para a luta nacional das universidades.

*Na primeira noite eles se
aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se
escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.
("No caminho, com Maiakovki"
Eduardo Alves da Costa)*